

Resumo: Proposta de mediação da informação para comunidades quilombolas. Espaços que em geral abrigam descendentes de negros escravizados e possuem os mais elevados índices de pobreza extrema em solo brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa, em curso, desenvolvida no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, tem como campo empírico a Comunidade de Itamatatiua, Alcântara, Maranhão, cujo objetivo primaz é analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Para essa investigação, adotar-se-á a pesquisa-ação, fazendo uso das entrevistas semi-estruturadas, da observação participante e do diário de campo como instrumentos para coleta de dados, os quais serão interpretados por meio da análise de conteúdo. Defende-se que os conceitos epistemológicos e as práxis da CI possam auxiliar essas populações pobres e marginalizadas a caminharem ao encontro da emancipação, empoderamento e desenvolvimento de competências humanas/informacionais imprescindíveis para fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Competência em informação; Comunidades Quilombolas; Mediação em informação

Abstract: Proposal for mediation of information for quilombola communities. Spaces in general are home to descendants of African slaves and have the highest extreme poverty rates in Brazilian soil. In this sense, research, ongoing, developed in the PhD of the Graduate Program in Information Science of the Federal University of Bahia, has the empirical field the Community of Itamatatiua, Alcântara, Maranhão, whose goal primate is to analyze the information needs of Quilombo communities aimed at optimizing the production, access and use of information by quilombola women. For this investigation, will be adopted to action research, making use of semi-structured interviews, participant observation and the field diary as tools for data collection, which will be interpreted through content analysis. It is argued that the epistemological concepts and practice of CI can assist these poor and marginalized populations to walk to the meeting of emancipation, empowerment and human development / information literacy essential to strengthen citizenship.

Keywords: Information Science; Information literacy; Quilombola Communities; Information Mediation

1. Introdução

A escravidão de negros africanos durante a colonização portuguesa no Brasil fez com que populações autóctones da África fossem expatriadas para atuar na construção de riquezas materiais, nunca por elas usufruídas no sistema escravocrata. A herança deixada por esse processo foi um contingente de seres humanos marcados pelo processo de exclusão e pobreza que ressoa até os dias atuais, seja no Brasil ou em diferentes países como Colômbia, Chile, Equador, Venezuela, Peru, Bolívia, Cuba, Haiti, Jamaica, Guianas e em outros territórios da América. (ANJOS, 2004:2).

Não obstante, a massa de negros escravizados e seus descendentes submetidos aos maiores atos de desumanidade que a historiografia já relatara, não se mostrou passiva

durante essa trajetória. Assim, emanaram as comunidades quilombolas, objeto desta investigação, que representam uma das maiores expressões de resistência e luta organizada no Brasil.

Na sociedade vigente, essas são espaços que após a Abolição da Escravatura, trazem em sua história, as marcas da opressão, do abandono e constituem grupos que ficaram à margem da sociedade em terras brasileiras, ou seja, pessoas que vivem com menos que R\$ 70,00 (setenta reais), o mínimo para sobrevivência, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Diante da realidade descrita, defende-se que a sociedade civil, incluindo as instituições provedoras de ensino e pesquisa, como a academia, deve se mobilizar no sentido de atuar nesses contextos de pobreza, em razão da responsabilidade social e ética que lhes é peculiar, a fim de criar estratégias e ações em parceria com as populações em busca da redução dos índices de marginalização.

Um dos caminhos para compreender os processos de exclusão por que passam as comunidades quilombolas é por meio dos estudos e práticas sociais desenvolvidos na CI em razão da potencialidade que emerge da informação, enquanto possibilidade de promover reflexões e discussões que auxiliem na redução dessas exclusões e marginalizações, sobretudo com a mediação da informação. Mediação que poderá, inclusive, contribuir na intensificação das lutas políticas e reivindicatórias em busca de direitos e na conscientização do contexto político, social e econômico em que estão inseridos.

Nessa perspectiva é que se apresenta esta comunicação oriunda da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do ICI/UFBA, cujo objetivo geral é identificar e analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Trata-se de um aprofundamento da pesquisa anterior (mestrado) na qual analisou-se e identificou-se os mitos da cultura africana, considerando-os como elementos de informação e preservação na memória da Comunidade Quilombola de Itamatatiua, localizada em terras maranhenses (PEREIRA, 2011).

Os resultados alcançados na pesquisa mencionada revelaram lacunas sobre as necessidades informacionais das mulheres pertencentes à Comunidade Quilombola Alcantarense de Itamatatiua, no desempenho das atividades de liderança em prol das melhorias das condições de vida da população. Essas mulheres, mesmo diante de inúmeros entraves decorrentes das suas histórias de vida, têm recorrido à competência informacional para adquirirem perspectivas e serviços que lhes proporcionem ultrapassarem a margem e caminharem para o centro das políticas de inclusão. A superação dos obstáculos que se impõe no cotidiano destas, deriva, possivelmente, de uma relação histórica de resistência decorrente da própria cultura africana ou ainda pela influência relacionada ao desencadeamento das ideias do movimento feminista, em 1960, que impactou a história das mulheres em todo mundo (SANTOS, 2011).

Destarte, apresentamos o contexto historiográfico e conceitual acerca das comunidades quilombolas, caracterizando a comunidade quilombola de Itamatatiua, universo eleito para esta investigação. Em seguida, nos apropriamos dos conceitos teóricos da CI

relacionados à mediação da informação, competência em informação, responsabilidade social para tecer o embasamento teórico que norteia a pesquisa e, por fim, as considerações finais.

2. Comunidades quilombolas

A origem da palavra “quilombo” é africana e foi “adotada tardiamente para se referir a Palmares”¹, se expandindo depois, “por toda a colônia para designar um refúgio de escravos”. (FUNARI; CARVALHO, 2005:24). O referido termo, no século XVII, em Angola, designava uma sociedade guerreira. Dessa forma, Palmares é um dos primeiros quilombos a figurar na historiografia como símbolo de resistência e de luta organizada dos povos escravizados contra o sistema escravocrata do período colonial, liderados por Zumbi e seu tio, Ganga-Zumba.

Essas foram comunidades excluídas por várias décadas, só ressurgindo nas pautas das políticas públicas em virtude das lutas e embates travados pelos movimentos sociais, defensores da causa e intelectuais negros brasileiros e dos próprios membros dessas comunidades, sobretudo nos finais dos anos 80, quando a Constituição brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) reconhece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Passadas quase duas décadas da promulgação do dispositivo legal é que, em 2004, foram dados os primeiros passos em prol da execução dessa disposição com o lançamento do Programa Brasil Quilombola (PBQ)², integrando 21 órgãos da administração pública federal que passaram a administrar políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento dessas comunidades.

A inserção do tema na Carta Magna significou um avanço, contudo, a efetividade das políticas advindas desse instrumento que orienta a sociedade brasileira ainda é falha, com pouca repercussão na melhoria de vida dessa população. Verdum, em 2011, ao ser questionado sobre os entraves da aplicação do orçamento do Brasil quilombola, explica que havia dificuldades estruturais, visto que, “[...] as políticas para as comunidades quilombolas dependem e muito do desempenho de secretarias estaduais, secretarias municipais; ONG; ou mesmo associações locais, criadas pelas próprias comunidades locais. [...] Há também segundo ele, muito que ser feito nos campos da saúde, saneamento básico e da educação escolar. Há dados e avaliações suficientes que demonstram estarem entre as populações negras rurais os índices mais baixos em termos

¹ Conforme Funari e Carvalho (2005:11-13), no início do século XVII, os documentos já relatavam os escravos fugidos que compunham uma comunidade na área dos Palmares, na região serrana a cerca de 60 quilômetros da costa do atual estado de Alagoas, por volta de 1605. Palmares em 1612 já era de grande notoriedade e em 1677 compreenderia mais de 60 léguas e dez aldeias. Contudo, fora alvo de sucessivos ataques até que Jorge Velho, à frente de sua tropa de índios e mamelucos, conseguiu, em fevereiro de 1694, destruir o quilombo; no ano seguinte, Zumbi foi encontrado, morto e exposto em praça pública. Palmares deixava de existir, mas sua imagem jamais seria esquecida, tornando-se um dos maiores símbolos de resistência ao sistema escravocrata no Brasil.

² O PBQ foi lançado em 2004 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Desmembrado na Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, tais como: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento local e Direitos e cidadania (BRASIL, 2013).

de escolaridade, nutrição e saneamento. Considerando os desafios, é pouco o orçamento e lamentável o gasto efetivamente realizado [...]”³.

Assim, os problemas relatados por Verdum coadunam com as palavras de Casimiro e Souto (2010:28), quando afirmam que inúmeras vezes as declarações de redução ou mesmo erradicação da pobreza representam apenas discursos de: “[...] chefes de Estado do chamado mundo desenvolvido reiterando os seus compromissos, sem que todavia se vislumbre a sua vontade de atacar as causas sistêmicas da pobreza, mas na prática apenas uma vontade das elites corporativas e políticas de manter o *status quo*”.

Para situar a realidade estudada, salienta-se que não há uma precisão acerca do quantitativo de comunidades designadas quilombolas. É possível que essa situação seja gerada por falta de informações contundentes, provavelmente pela ausência de estudos mais consistentes sobre a temática. Atualmente, há no Brasil aproximadamente 2.474 comunidades quilombolas⁴. Estas se encontram em quase todos os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre e Roraima.

2.1. Comunidade Quilombola de Itamatatua: mulheres líderes

O Estado do Maranhão abriga a Comunidade de Itamatatua, espaço que tomamos como território de investigação⁵. A referida comunidade, conforme Dona Neide possui mais de 300 anos⁶, é marcada pelo predomínio da oralidade, sendo permeada por narrativas que relatam sua trajetória. Sobre essa questão, Santos, Reis e Oosterbeek (2010) afirmam que “[...] ao adentrar na comunidade observa-se facilmente que Itamatatua ainda traz a presença da oralidade e das tradições vinculadas a ela, seja nas suas práticas sociais, como em seu aspecto físico-geográfico [...]”. Todos os quilombolas itamatatiuenses compartilham desse imaginário popular, muitos jovens desconhecem essas narrativas ou não sabem contá-las.

Residem nesta localidade, 132 famílias, composta de 452 pessoas que tem como fonte de renda básica a agricultura de subsistência, a cerâmica e a aposentadoria. Além disso, elas

³ Entrevista concedida por Ricardo Verdum, Assessor de Políticas Socioambientais Instituto de Estudos Socioeconômicos a Associação Contas Abertas em 2001. [Consult. 10 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/Sobre%20o%20orcamento%20quilombola.pdf>.

⁴ Há ainda uma imprecisão no que se refere ao quantitativo real das Comunidades Quilombolas. Para Fundação Cultural (2015) existem 2.474, Oliveira (2009) 3.545 e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial [2013?] 3.524 (BRASIL, 2013). Diante dessa imprecisão se faz necessário o desenvolvimento de outros estudos para que possam retratar com mais fidedignidade a quantificação das Comunidades Quilombolas brasileiras.

⁵ Itamatatua é uma comunidade quilombola que pertence ao município de Alcântara, Maranhão. Segundo dados do IBGE (2010) Alcântara tem uma população com 21.851 pessoas, das quais 15.452 pessoas estão incluídas na zona rural (73,4%), sendo a sua renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, a expectativa de vida baixa (pessoas idosas 11%), com ausência de água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso a transporte coletivo e educação. As pessoas enfrentam situação de pobreza absoluta (vivem abaixo do rendimento mínimo) e pobreza extrema (vivem com até R\$ 70,00 mensais por pessoa na família, ou seja, cerca de R\$ 2,30 por dia). Pobreza que não se relaciona apenas a condições financeiras. Oliveira (2008) considera a ausência de água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso a transporte e educação como itens componentes da construção do que se chama pobreza, as condições mínimas de vida. Logo, é imerso nesse contexto que Itamatatua se localiza e seus índices colaboram para a formação dessas estatísticas.

⁶ Entrevista concedida a Pesquisadora por D. Neide de Jesus, líder da Comunidade, em Itamatatua, em janeiro de 2010.

são contempladas com o recebimento de benefícios de programas do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Família e outros).

Um fato que merece destaque e ganha notoriedade nessa comunidade é a liderança exercida pelas mulheres itamatatienses. Essa qualidade enseja, inclusive, a realização de pesquisas como as desenvolvidas por Cantanhede (2006) e Reis (2010). Sobre essa característica, Reis (2010:134) menciona que: “Há de se ressaltar que o comando do gênero feminino em Itamatatiua não é recorrente em outras comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão. Em diversas regiões do estado, ao contrário de Itamatatiua, são os homens que coordenam os sítios quilombolas, organizando-se social e politicamente”.

A peculiaridade dessa comunidade motivou a realização desse estudo, considerando que o gênero feminino, ainda que não predominante estatisticamente, mobiliza a estrutura social, política e econômica de Itamatatiua, despertando o interesse em conhecer e compreender esse espaço, suas especificidades informacionais bem como, as necessidades em informação voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas.

A Comunidade de Itamatatiua, composta por 40,7% de mulheres⁷, era até a morte do Senhor Eurico de Jesus, em 1991, liderada por homens. A partir de então, o matriarcado predomina na referida comunidade. Para Nascimento (2008), o matriarcado consiste em um sistema de poder político incorporado pelas personagens femininas, originário eminentemente da cultura africana. Essas mulheres são encarregadas da liderança e começam a sua atuação como líderes em suas próprias casas. Liderança que se tornou um diferencial em termos de organização social na localidade.

Hoje, a Comunidade é composta por quatro principais lideranças: 1) uma mulher que cuida da Pousada, recebe os visitantes e cobra uma pequena taxa para abrigá-los; 2) uma responsável pela Associação das Ceramistas e zeladora da Pedra; 3) uma senhora responsável pelas manifestações culturais e pelo trabalho de educação formal da comunidade – atualmente está aposentada, mas regressou à ativa para coordenar as atividades do Pró-Jovem na localidade; 4) outra que exerce a função de agente de saúde. Nas palavras de D. Canuta (2010), ao se referir à atuação delas na Comunidade, a mesma menciona: “nós é que somos do garra, e os homens fica tudo ôh...e nós ôh é que tem que enfrentar!”(informação verbal)⁸.

A força e a luta dessas mulheres que estão à frente da organização da Associação de Produção de Cerâmica são similares à resistência que impregna a história das mulheres africanas. Segundo Werneck (2012:14): “a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado”.

O feminismo advindo dos embates travados pelas mulheres europeias, conforme Carneiro (2003), não pode ser confundido com o mesmo movimento de resistência que travam as mulheres negras, visto que, possuem ideologias díspares. De modo geral, aquelas mulheres, mesmo com inúmeras conquistas e vitórias, ainda carregam em sua

⁷ Dados fornecidos, em 2010, pela Agente de Saúde da Comunidade.

⁸ Entrevista concedida a Pesquisadora por D. Canuta, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

composição as marcas de submissão e passividade. Nos povoados remanescentes de quilombos, submissão e passividade entre as mulheres se tornam cada vez mais extintas, visto que são estas se organizam em associações e lideranças para travam embates constantes por melhores condições de vida. Comentário que pode ser reforçado com as palavras de Pinto (2004:234): “Portanto, entendo que a ideia de submissão, fragilidade e dependência feminina torna-se complexa quando é vista a partir do contexto da vida cotidiana e nos espaços simbólicos de alguns povoados remanescentes de quilombos. Interpretando todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, as relações de gênero, é possível perceber, que aí residem densos significados políticos, econômicos, sociais e simbólicos de experiência, saber, força, individualização e poder”.

Partindo dessa compreensão como mulheres que lutam e travam embates por seu espaço, a jovem Marinete de Jesus, primeira mulher da Comunidade se candidatou a um cargo político, em 2008, obstinada na luta pela melhoria do seu espaço que estava submetido ao descaso e ao esquecimento dos poderes municipais, ocasionando inúmeros problemas para a Comunidade. O insucesso nessa empreitada a fez desistir da carreira política. Apesar do ocorrido, essa Comunidade luta pelos seus pertences, e suas mulheres enfrentam adversidades na Organização da Associação das Ceramistas, buscam parcerias com o SEBRAE e outros órgãos, com vistas à melhoria na confecção do artesanato itamatatiense, atraindo públicos nacionais e internacionais para a aquisição dessa produção.

O empreendimento resultou na aquisição de um caminhão, uma máquina para preparar o barro e confeccionar artesanato, a instalação de energia elétrica e a construção de um poço artesiano para fins de abastecimento da água nas moradias de alguns membros dessa Comunidade.

Ressalta-se que as conquistas sociais da comunidade em parte são oriundas do movimento associativo. Cruz (2010) destaca que a maior parte das comunidades quilombolas está organizada na forma de Associação e atuam no sentido de fortalecer o processo produtivo. Amaral (2005:10) afirma que: “a criação de associações vem ocorrendo principalmente através de reuniões, seminários e encontros onde as comunidades têm a oportunidade de discutir os seus problemas, trocar experiências e formular ideias. No entanto, essa organização política está em diferentes fases dependendo da comunidade, enquanto algumas estão ainda se afirmando enquanto remanescentes de quilombos outras já estão em processo de titulação de suas terras ou mesmos com terras já demarcadas”.

Em Itamatatiua, a Associação de Mulheres foi organizada há cerca de 10 anos. Sua substituição ocorre através de eleição direta a cada dois anos. Conjectura-se que o aprendizado advindo dessas associações remonta à ancestralidade dos quilombolas, a sua origem, aos valores pertencentes a sua linha genealógica e pode contribuir para preservar a memória, afirmar a identidade e autoestima, sobretudo das mulheres itamatatiuenses.

Vê-se, portanto, diante do exposto que a Ciência da Informação não pode se eximir da discussão concernente à temática étnico-racial. Isso porque o acolhimento dessa temática é necessário ao processo de inclusão abordado nas políticas sociais de informação, bem como possibilidade, também, de atuação frente ao desenvolvimento de competências em informação a partir da mediação da informação – suscitando ações de produção, apropriação, organização, disseminação e democratização da informação, para acesso e

uso, consideradas intrinsecamente relacionadas à atuação do profissional da informação – que auxiliem as mulheres itamatatuenses a potencializar suas atividades de liderança e conquistas para a localidade.

Considerando que pesquisas sobre mulheres na Ciência da Informação podem ampliar a discussão de gênero, visto que segundo Santo (2012) ainda são escassas. Essa autora buscou mapear a temática na literatura nacional e internacional, deparando-se com um reduzido número de trabalhos. Conforme a autora, as mulheres constituem um grande público consumidor de informações que merece ser investigado.

3. Mediação da informação e competência em informação em CI: conjecturas teóricas

As discussões em torno da mediação da informação atrelada à responsabilidade social da CI tem sido foco dos principais encontros científicos da área, evidenciando a importância dessa temática para a sociedade atual. Pinheiro (2009, p. 18), ao tratar do assunto no X ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) na conferência magna do evento, acenava que diante das desigualdades sociais do país, os profissionais da informação, independente da natureza de seu trabalho, “podem desempenhar os seus respectivos papéis com mais consciência e esperança”. Assim, ao selecionar, tratar, organizar, disseminar a informação pode ajudar grupos submetidos à exclusão social compreender e lutar por dias melhores e mais justos, a partir da mediação da informação. Mediação que ocorre tanto implicitamente, a partir do desempenho das atividades técnicas, como também em ações de intervenção direta em comunidades, cujo acesso à informação para atender suas necessidades informacionais é dificultado e/ou cerceado por uma lógica dominante de um poder que vigora na sociedade vigente.

Nessa perspectiva, mais recentemente, em 2013, o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB/FEBAB), também versava para a responsabilidade social dos profissionais da informação (bibliotecários, museólogos, arquivistas, cientistas da informação e afins), os quais deveriam atuar para além dos espaços instituídos (bibliotecas, museus, arquivos, centro de documentação) e caminharem, sobretudo ao encontro das populações vulneráveis, “[...] entendidas como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem **o acesso e uso da informação** para a **construção de conhecimento, identidade e autonomia** a fim de permitir a sua efetiva **inclusão social**” (SEMINÁRIO, 2013:1, grifo nosso).

Ante o exposto, vê-se que a mediação desempenhada por profissionais da informação apresenta-se como uma modalidade de ação que pode mudar realidades de comunidades pobres, marginalizadas e renegadas pelas mais variadas formas de exclusão social, conforme ressalta a literatura e os debates dos representantes da Ciência da Informação. Freire (2001) menciona que o papel do profissional da CI, frente a comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, inclusive aquelas relacionadas à informação é disseminar a informação objetivando delinear um caminho para a inclusão social de forma mediacional. Inclusão social que pode ser percebida pelo modo como essas

populações, por meio da apropriação da informação, exercem seus direitos, a fim de constituir-se sujeitos críticos e partícipes da sociedade na qual estão inseridos.

O termo “mediação” é constitutivo das mais diversas áreas e com variadas compreensões, segundo Silva (2015:2) na CI “ainda se configura como conceito embrionário e premente de uma construção de sentidos mais sólida”. Todavia, tem se destacado em significativas discussões teóricas e como aliado na construção e desenvolvimento de usuários ativos e participativos no reconhecimento de suas necessidades informacionais. Nessa perspectiva, os profissionais da informação podem auxiliar, sobretudo, as populações marginalizadas a se tornarem protagonistas de suas narrativas, fazendo suas próprias escolhas – desvinculadas das vontades e tiranias dos opressores – e atuando na elaboração das leis, políticas educacionais, sociais que dizem respeito a sua história de vida.

Estudar a mediação consiste na análise das necessidades informacionais e do fluxo da informação que incluem o acesso e uso da informação. Para Crawford (1978) necessidades e usos da informação significa, inicialmente, estudar os comportamentos e as experiências dos cientistas, tecnólogos, cidadãos, minorias e demais categorias. Fluxos de informação ou fluxos informacionais concebidos a partir de Valentim (2010:13), são aqueles que se constituem: “em elemento fundamental dos ambientes informacionais, de tal forma que não há ambiente informacional sem haver fluxos de informação e vice-versa. Os fluxos informacionais são reflexos naturais dos ambientes ao qual pertencem, tanto em relação ao conteúdo quanto em relação à forma”.

Dessa forma, estudar o ambiente informacional da comunidade quilombola de Itamatatua nos leva a compreender o comportamento de busca e uso da informação pelas mulheres itamatiuenses, suas necessidades informacionais e o modo de apropriação da informação da realidade na qual encontram-se inseridas, onde a oralidade ainda se constitui uma característica de predomínio nessa localidade. De acordo com Nascimento, Moro-Cabero e Valentim (2015:8), os fluxos de informações estão vinculados a três fatores: “os indivíduos que necessitam de informação; b) a informação; e c) a apropriação da informação em que ocorre necessariamente a modificação do estado cognitivo do indivíduo, ou seja, a efetivação da construção de conhecimento”.

Nesse sentido, investigar o fluxo informacional dessas comunidades significa também uma oportunidade de se contribuir com o atendimento das necessidades informacionais dessa população, por meio da mediação da informação.

Embora o conceito de mediação necessite de amadurecimento e aprofundamento epistemológico em CI, como mencionado por Silva (2015), pesquisas são empreendidas com sucesso, a exemplo dos estudos realizados por Farias (2014), nos quais foi possível demonstrar, a partir de um modelo de mediação da informação aplicado em comunidades urbanas a margem das condições mínimas de cidadania (João Pessoa, Brasil e Rione Sanità, Itália), as possibilidades criadas para auxiliar no processo de empoderamento nos espaços investigados.

Um dos conceitos de maior predomínio na CI acerca da mediação da informação a compreende como “[...] a ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – [...] que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008:46). Portanto,

a mediação só acontece no instante em que o mediado atribui significado a informação, apropria-se e a transforma em novo conhecimento.

Farias (2014:34) destaca que o “mediador [profissional da informação], que atua em uma comunidade, pode ajudar os moradores, levando ao conhecimento dos interessados, os aspectos que envolvem o empoderamento e a necessidade de discussão de todas as informações necessárias para se pleitear políticas, projetos e ações”. A autora reforça ainda que as “ações de integração social” sejam aplicadas por meio de uma “construção coletiva inspiradora”, baseada nos “anseios, no ouvir e sentir, dos habitantes e visualizar os campos de pesquisa como um lugar repleto de protagonistas que exprimem seus desejos de modo diverso” (FARIAS, 2014:37).

Assim, atuar com a mediação é colaborar para que sujeitos cognoscentes se apropriem da informação, que em conjunto com o conhecimento pré-existente, possam construir um novo conhecimento (SILVA, 2016) propiciando melhorias em suas trajetórias. Farias (2014:53) alerta que: “o mediador deve estar preparado, consciente do seu papel e poder de interferência, para elaborar estratégias a fim de ajudar o mediado nessa apropriação. Logo, o mediador precisa estar atento não apenas para a necessidade do usuário, mas a tudo que o envolve [...]”.

Ao salientar o modo de agir do mediador, Farias (2014) chama a atenção para as competências necessárias para exercer tal atividade. Silva (2014) vem corroborar com a necessidade de estudos sobre a mediação da informação para e com essas populações, ao descortinar a linha quase hegemônica de entendimento de pesquisadores que asseguram que os poderes governamentais através dos PBQs buscam reparar as dívidas histórico/políticas/sociais a essas comunidades. Tal entendimento não é uma inverdade, mas requer interpretações cautas. A referida autora levanta alguns questionamentos acerca das categorias pobreza e pobreza extrema atribuídas a comunidades quilombolas, ao afirmar que estas são decorrentes da política econômica do neoliberalismo que conduz o foco destas populações para lutas mais efêmeras (como as cestas básicas, do próprio consumismo, dentre outros) em relação a luta pela posse da terra, ou mesmo, por recursos naturais perenes (preservação dos rios, florestas e outras) imprescindíveis a preservação de culturas identitárias, como essas. Não se pretende aqui esgotar os questionamentos deliberados pela autora, mas destacar que trabalhar com o atendimento de necessidades informacionais específicas, em parceria com estas populações quilombolas pode auxiliá-las a desenvolver competências em informação para se tornarem mais conscientes acerca de questões políticas, sociais e econômicas em que estão envolvidas, fortalecendo, assim as práticas econômicas e cotidianas nas quais já fazem uso da informação.

3.1. Competência em Informação

No campo da Ciência da informação, a mediação da informação e a competência informacional estabelecem relações conceituais estreitas, haja vista que a mediação da informação é “uma ação de interferência realizada pelo profissional da informação que perpassa todas as atividades de um espaço informacional”, conforme salientam Santos, Almeida Júnior e Belluzzo (2015:3), enquanto que, competência em informação (CoInFo) pode ser definida “como um processo que desenvolve/aprimora nas pessoas, competências e habilidades relativas à busca, acesso, recuperação, avaliação, uso e compartilhamento das informações para a construção de conhecimento”. Deste modo,

tanto a mediação como a CoInFo resultam em interferência, com a diferença que por meio da primeira, habilidades, atitudes e comportamentos informacionais serão incitadas na formação integral do indivíduo com o propósito de lhe propiciar uma participação mais consciente e ativa na sociedade.

Segundo Melo e Araújo (2007:199) “o conceito de competência em informação está diretamente relacionado às atitudes que facilitam criar e compartilhar o conhecimento, ou seja, com o aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*)”. Logo, os dois termos estabelecem uma relação intrínseca entre a apreensão do conhecimento e o uso que se fará dele ao longo da vida. Hamelink e Owens (1976 *apud* Dudziak, 2003:24) já vislumbravam na *information literacy*⁹ um instrumento de emancipação política. Para estes autores, “todos os homens são iguais, mas aqueles que votam [inclusive] munidos de informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes que aqueles cidadãos que não estão bem informados.” Isto porque, como afirmam Reis, Silva e Massensini (2011:17), a obtenção de informação consiste numa “prática social e implica em uma atitude e ação do sujeito, visando responder seus questionamentos e indagações a fim de se situá-lo no mundo, podendo, por seu posicionamento, contribuir para manter ou produzir mudança no contexto da sociedade”. Destarte, defende-se que a análise e suprimento de necessidades informacionais específicas podem desenvolver competências humanas e informacionais necessárias para o protagonismo social e político dessas populações, envoltas por trajetórias de exclusões que perpassam as mais diversas esferas.

Ampliando os elos que se constituem no contexto da mediação, Reis, Silva e Massensini (2011:22, grifo nosso) estabelecem uma significativa relação entre os termos informação e cidadania. Para estes autores, “são termos que se complementam e ambos dizem respeito à possibilidade de exercer sua função de cidadão, à medida que o sujeito está no gozo de seus direitos civis, políticos e sociais. Para tanto, o sujeito na qualidade de cidadão precisa ter **acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, ao emprego, ao transporte, entre outros serviços básicos necessários a uma vida digna, como também possuir acesso à informação**, que é enxergada, na atual sociedade, como pré-requisito para o estado de cidadão pleno”.

Dessa forma, visualiza-se na mediação da informação a possibilidade de atuar com sujeitos cidadãos que carecem de inúmeros serviços sociais/informacionais inerentes a uma vida digna. A obtenção da informação pode auxiliá-los na construção de narrativas positivas menos dependentes de generosidades dúbias de políticas, sociais e econômicas interesseiras e desrespeitosas com sua história.

Destarte, esses conceitos são necessários para o desenvolvimento de uma metodologia de mediação da informação que tome como base a história das mulheres quilombolas de Itamatatua, a fim de que possam conduzir sua população ao protagonismo social.

4. Trilha metodológica

O percurso metodológico se pautará na pesquisa-ação que, de acordo com Thiollent (1997:15), “[...] consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo, no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem

⁹ Outro termo para denominar competência em informação.

interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos”. Depreendendo-se, portanto, que há uma relação peculiar entre pesquisador e pesquisados, onde ambos estão imbricados na busca pela veracidade dos fatos que representa a realidade investigada.

Em razão da característica do objeto investigado, a pesquisa qualitativa é a opção que melhor se aproxima desse estudo e que norteará a interpretação dos dados coletados por meio do diário de campo, da observação participante e das entrevistas semiestruturadas. As entrevistas serão realizadas com as principais lideranças quilombolas da Comunidade de Itamatatuiua a fim de identificar as necessidades informacionais que comporão a investigação para construção da metodologia de mediação da informação.

Para interpretação dos dados, a análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009:15), se configura como mais apropriada, pois consiste num conjunto de instrumentos metodológicos em “[...] constante aperfeiçoamento, que se aplicam em discursos diversificados. [...]”. Além disso, essa técnica oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, atraindo o investigador pelo “não dito”, isto é, aquilo que está escondido nas entrelinhas do discurso.

5. Considerações finais

A presente investigação encontra-se na fase de tecitura do arcabouço teórico, tomando como base, sobretudo os conceitos epistemológicos e a *praxis* da CI que possam auxiliar essas populações pobres e marginalizadas a caminharem ao encontro da emancipação e desenvolvimento de competências humanas e informacionais.

Preliminarmente, observou-se que as mulheres itamatatiuenses já fazem uso da informação em suas atividades de liderança e dos labores diários. Essas práticas denotam a relevância de analisar as necessidades informacionais em conjunto com esses moradores, a fim de identificar possíveis carências informacionais que possam interferir na potencialização de valores e no desenvolvimento de competências informacionais imprescindíveis para o fortalecimento da cidadania.

Outrossim, prossegue-se nesse entrelaçamento com as temáticas comunidades quilombolas, mediação da informação e competência em informação ainda que Tateando, como se estivesse na escuridão da caverna de Platão, deparando-se com as incertezas que a condução de uma investigação oferece, mas convictos que o arcabouço social da CI pode contribuir para o empoderamento de populações que vivem em um processo histórico do abandono econômico, social, político. E, ao mesmo tempo, com as atuais formulações de programas governamentais que à medida que as possibilitam melhorias em seu cotidiano, lançam-as nas mãos do antropófago capitalismo, com vista à necessidade voraz de expandir seu mercado e seduzir consumidores mesmo dirimindo valores e características identitárias dessas localidades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de

2008 Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In VALENTIM, M. (org.) - *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Editora Polis, 2008, v. 1, p. 41-54.

AMARAL, A. J. P.

2005 *Etnologia, educação e ambiente nos quilombos da Amazônia*. Belém: Mimeo, 2005.

ANJOS, R. S. A. dos

2004 *Cartografia e cultura: território dos remanescentes de quilombos no Brasil*. [Em linha] 2004. [Consult. 20 set. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf>.

BARDIN, L.

2009 *Análise de conteúdo*. Ed. rev. atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Constituição

1988 Artigo 68 da Constituição Federal 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília. XX (1988).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[20--] *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. [Em linha]. [Consult. 12 fev. 2015] Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210020&idtema=16&search=maranhao%7Calcantara%7Csintese-das-informacoes>.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

2013 *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*. Brasília: SEPPIR, 2013.

CANTENHEDE, D.

2006 *Liderança feminina no quilombo de Itamatatua, no município de Alcântara*. São Luís, 2006. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão.

CARNEIRO, Sueli

2003 Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. São Paulo. 17:49 (dez. 2003) 117-132.

CASIMIRO, I. M.; SOUTO, A. de

2010 *Empoderamento económico da mulher: movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

CRAWFORD, S.

1978 Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*. 13 (1978) 61-81.

CRUZ, K. C. M. dos S.

[20--] *O Papel da educação do campo na construção do desenvolvimento rural: uma proposta de agenda para a pesquisa a partir das dimensões de gênero e raça na agricultura familiar*. [Em linha]. [Consult. 12 fev. 2015].

Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/605.pdf>.

DUDZIAK, E. A.

2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. [Em linha] *Ciência da Informação*. Brasília. 32:1 (jan./abr. 2003) 23-35. [Consult. 20 nov. 2015].
Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>.

FARIAS, M. G. G.

2014 *Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana*. Salvador da Bahia, 2014.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FREIRE, I. M.

2001 *A Responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. Rio de Janeiro, 2001.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. C.

2005 *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

[20--] *Comunidades Quilombolas*. [Em linha]. [Consult. 7 jun. 2015].
Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A.

2007 Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. [Em linha]. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. 12:2 (maio/ago. 2007) 185-201. [Consult. 14 set. 2015].
Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/49>.

NASCIMENTO, E. L. (org.)

2008 *A Matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, N. M. do; MORO CABERO, M. M.; VALENTIM, M. L. P.

[20--] *Mediação da informação em ambientes empresariais com enfoque nos fluxos de informações*. [Em linha]. [Consult. 25 dez. 2015].
Disponível em:
<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIPEM/IIPEM/paper/viewFile/6/30>.

OLIVEIRA, C. A.

2008 Desigualdades regionais e pobreza do nordeste: uma análise espacial do crescimento pró-pobre na década de noventa. [Em linha]. In ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DO BANCO DO NORDESTE, 13^o, 2008 - *Fórum BNB de Desenvolvimento*. 2008. [Consult. 10 out. 2013]
Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/desigualdades_regionais.pdf.

OLIVEIRA, F. M. B. de

2009 Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. 2009.

Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, C. C. M.

2011 *Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatiua*. 2011.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PINHEIRO, L. V. R.

[2009] *Ciência da informação e sociedade: uma relação delicada entre a fome de saber e de viver*. [Em linha]. [Consult. 18. jan. 2016].

Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/73/1/LenaResponsabilidadeSocial2009ENANCIB.pdf>.

PINTO, B. C. de M.

2004 *Nas Veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

REIS, A. S. dos; SILVA, A. S. da; MASSENSINI, R. L.

2011 Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, M. A. (org.) – *Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011, cap. 1, p. 16-24.

REIS, Milena das Graças Oliveira

2010 *Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua*, 2010.

Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre – Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SANTO, P. E.

2008 *Os Estudos de gênero na Ciência da Informação*. [Em linha]. *Em Questão*. Porto Alegre. 14:2 (jul./dez. 2008) 317-332. [Consult. 20 nov. 2012]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>.

SANTOS, C. A. Dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BELLUZZO, R. C. B.

[20--] *Ações educacionais de mediação da informação e da competência em informação (CoInfo) como fatores de interferência na realidade social*. [Em linha]. [Consult. 20 jan. 2016].

Disponível em:

<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/33/43>.

SANTOS, G.; REIS, M.; OOSTERBEEK, L.

[2010] *Quilombos e globalização: um estudo arqueológico sobre identidades e mecanismo de adaptação*. [Em linha]. [Consult. 20 jul. 2010].

Disponível em:

http://projetoportoseguro-maranhao.blogspot.com/2010/02/quilombos-e-globalizacao-um-estudo_28.html.

SANTOS, J. B. dos

[20--] *O Conceito de Quilombos: distância entre a academia e os quilombolas*. [Em linha]. [Consult. 27 maio 2011].

Disponível em:

<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/4023-o-conceito-de-quilombos-distancia-entre-a-academia-e-os-quilombolas.html>.

SEMINÁRIO

2013 Seminário Competência em Informação: cenários e tendências. 2. [Em linha]. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 25º, Florianópolis, SC, 2013. [Consult. 20 out. 2013].
Disponível em: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=478.

SILVA, E.

[20--] *O Contributo da mediação da informação para construção do conhecimento em ambientes organizacionais*. [Em linha]. [Consult. 20 jan. 2016].
Disponível em:
<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/19/64>.

SILVA, J. C. C. da

2014 *Comunidades quilombolas, etnopobreza e assistência social: ressignificações do “ser pobre” em Ariquipá*, 2014.
Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SILVA, J. L. C.

2015 Percepções conceituais sobre mediação da informação. [Em linha]. In *CID: Revista Científica de Informação e Documentação*. Ribeirão Preto. 6:1 (mar./ago. 2015) 93-108. [Consult. 28 dez. 2015].
Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>.

THIOLLENT, M.

1997 *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNECK, J.

2010 Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. [Em linha]. *Revista da ABPN*. 1:1 (mar./jun. 2010) 18-27. [Consult. 24 nov. 2012].
Disponível em:
<https://abpn1.websiteseuro.com/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>.

VALENTIM, M. L. P., org.

2010 *Ambientes e fluxos de informação*. In *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Polis - Cultura Acadêmica, 2010, p.13-22.

Cleyciane Cássia Moreira Pereira | cley.pereira20@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Informação – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira | isasousa@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Jaires Oliveira Santos | jairesoliveira@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Fernanda Xavier Guimarães | f_nanda87@yahoo.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil